



**SOCIEDADE PARAENSE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
COMISSÃO PASTORAL DA TERRA**

CARTA ABERTA

POR MAIS POLÍTICAS PÚBLICAS E CONTRA O RETROCESSO INSTITUCIONAL NO PARÁ

A Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos - SDDH, entidades e movimentos sociais parceiros, vêm a público manifestar-se sobre a reforma administrativa do governo do estado, que encaminhou projeto de lei para a assembleia legislativa que prevê a extinção de secretarias e outras instâncias, e por conseguinte de políticas públicas que tratam de direitos humanos sociais, culturais, esporte comunicação, lazer, dentre outros. A proposta determina que:

- A Secretaria de Estado de Igualdade Racial e Direitos Humanos (Seirdh) será absorvida pela Secretaria da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (Semufdh);
- A Secretaria de Estado de Esporte e Lazer pela Secretaria de Estado de Turismo (Setur);
- A Secretaria de Estado de Agricultura Familiar (Seaf) pela Secretaria de Estado e Desenvolvimento Agropecuário, Pesca e Agricultura Familiar (Sedaf);
- A Fundação Cultural do Pará (FCP) para a Secretaria de Estado de Cultura (Secult)
- E a extinção da Funtelpa, Fundação de Comunicação do Estado do Pará

Ao extinguir e agrupar secretarias, o governo impõe um retrocesso inadmissível para políticas públicas importantes para nosso povo. A sociedade paraense acumulou muitos debates, energias, formulações e proposições, a ponto de estabelecermos a necessidade de termos secretarias de estado para tratar de especificidades, pois isso amplia a previsão orçamentaria, desburocratiza a execução de política e torna efetivas as ações governamentais. A existência de secretaria de estado de mulheres, de cultura, de esporte, de direitos humanos, de igualdade racial, de uma fundação importante como é a FUNTELPA, são um avanço civilizatório e não apenas uma fonte de despesas como crer fazer o projeto. Elevar tais temas a um status de secretaria faz o indicativo que o estado vai buscar cumprir com os direitos consagrados na constituição, lei e tratados internacionais. A SDDH e demais entidades jamais indicaram ou defenderam nomes para o secretariado e nunca o faremos. O que sempre exigimos é a ampliação das políticas e não sua supressão, mais orçamento e não cortes nos direitos sociais. Uma estrutura condizente com as reivindicações da sociedade civil, e não a desestruturação do serviço público estadual.

Ante o exposto, a SDDH recomenda e exige do governo do estado que retire a proposta autoritária de reforma administrativa, e que propicie à sociedade paraense um amplo processo de debate para a ampliação das políticas públicas e dos recursos públicos para o atendimento de toda a população paraense, e não de apenas de algumas elites. O financiamento das políticas públicas é um aspecto fundamental para o funcionamento do Estado e muito especialmente para o bem-estar da população e o Estado do Pará tem a obrigação de garantir estes recursos e assim realizar a implementação eficaz destas políticas públicas e outras que se surjam a partir da consulta popular.

Belém-Pará, 16 de dezembro de 2024

SOCIEDADE PARAENSE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS – SDDH.